

O Norte do Espírito Santo

Região Periférica em Transformação*

BERTHA K. BECKER

INTRODUÇÃO

País em via de industrialização, o Brasil vem atravessando um processo de crescimento marcado por desequilíbrios socioeconômicos setoriais e regionais. Cada vez mais tenta-se solucionar esses desequilíbrios através de uma ação planejada. Para sua eficácia, essa ação intervenção necessita conhecer a incidência espacial do crescimento econômico, campo em que a Geografia, ao lado de outras ciências, muito tem a oferecer.

A estruturação espacial do Brasil, tal como hoje se apresenta, reflete as transformações efetuadas no âmago de sua economia durante o Século XX: o abalo da economia agrícola tradicional de exportação e o desenvolvimento paralelo da moderna economia industrial. Delimitado durante o primeiro conflito mundial, acentuado em decorrência da crise de 1929, e cristalizado no segundo após guerra, o crescimento industrial, acompanhado da urbanização, vem provocando intensa modificação nos padrões espaciais até então existentes.

A economia mercantilista organizara o espaço sob a forma de verdadeiro “arquipélago” econômico, ou seja regiões de produção profundamente dependentes das condições ecológicas, voltadas para o exte-

* Tese de concurso para livre docência. Instituto de Geociências — UFRJ. 1970.

rior e desarticuladas entre si. A industrialização impõe no espaço econômico uma estrutura polarizada que compreende um “centro” e uma “periferia”, modelo, aliás, comum a vários países latino-americanos conforme estabelecido por J. Friedmann e outros.¹

Processo cumulativo de crescimento, a industrialização provoca forte concentração dos investimentos nas regiões de São Paulo e secundariamente Rio de Janeiro, cujo dinamismo torna o resto do País obsoleto por posição. O rápido e intenso crescimento de poderosa região central no Sudeste brasileiro, o “núcleo” ou “core” representado pelas duas cidades, e hoje também Belo Horizonte, juntamente com suas áreas abastecedoras próximas, reduz o espaço nacional restante ao papel de área tributária, ou seja uma periferia que é definida por suas relações de dependência com o “core”.

Este, à medida que cresce, tenta organizar a sua periferia quer como supridora de matérias-primas, mão-de-obra e capitais quer como mercado para seus produtos quer como campo de ação para o exercício de suas decisões. Através dessas relações de dependência, o “centro” estabelece simultaneamente a articulação do espaço e as disparidades regionais.

É o dinamismo do “núcleo” que comanda o comportamento desse sistema interdependente de regiões, variando a irradiação espacial do desenvolvimento econômico, segundo a acessibilidade ao “core” e as características locais pré-existentes que imprimem feições diferenciadas à periferia.

No que tange ao espaço agrícola brasileiro, a integração da periferia no “core” se efetua em grau e forma diversos.² As áreas próximas e acessíveis ao núcleo, sujeitas aos seus fortes impulsos, integram-se num processo de crescimento econômico, que se traduz pelo desenvolvimento de uma agricultura melhorada voltada para o mercado interno, e pela modernização da lavoura de exportação. E o que ocorre, por exemplo, nas proximidades da cidade de São Paulo, onde a par do desenvolvimento da bacia leiteira, da produção hortigranjeira e de frutas, racionaliza-se a lavoura cafeeira. A par desse crescimento intenso, o “núcleo” impulsiona ainda um crescimento no sentido horizontal, representado pela expansão da fronteira agrícola na borda da zona povoada, com vistas ao seu suprimento.

Paralelamente a essa forma dinâmica de integração, outras áreas se integram com mais dificuldade, por vezes sofrendo simultaneamente um processo de depressão econômica. Essa forma de integração relaciona-se a áreas agrícolas tradicionais, menos acessíveis ao “core”. Apresentando problemas intrínsecos, derivados da decadência de sua economia primária de exportação, tem o seu caráter tradicional acentuado frente ao avanço do “centro”, configurando-se como áreas deprimidas. Incapazes de sustentar sua população, as periferias deprimidas fornecem grande contingente de mão-de-obra para as áreas dinâmicas. A mobilização da população das áreas deprimidas para as áreas em crescimento constitui uma tentativa de restabelecer o equi-

1 John Friedmann — *Regional Development Policy: a case study of Venezuela* — M.I.T. Press, 1966 e *A General Theory of Polarized Development*, 1968; Walter Stöhr e Paul Pederson, *Economic Integration and Spatial Development of South America*, 1968. Os dois últimos publicados pelo *Urban and Advisory Program in Chile*, Ford Foundation.

2 Bertha K. Becker — “O mercado carioca e seu sistema de abastecimento” — *Rev. Br. de Geografia*, Ano 28, n.º 2, 1966.

lívrio regional rompido com o desenvolvimento da economia industrial.³

Diante da depressão econômica e da perda do mercado externo, essas áreas periféricas buscam a saída para sua situação em outras atividades, principalmente naquelas que, subsistindo ou até mesmo se beneficiando da situação de depressão, permita a rápida integração no mercado interno.

Considerando que, em virtude da dimensão continental do Brasil, das características do “núcleo” e da estrutura agrária vigente, a pecuária vem se revelando como o agente mais eficaz de integração do espaço no que concerne à ampliação da fronteira agrícola⁴, é de maior interesse conhecer o seu papel na integração das periferias deprimidas.

Ocupa posição marginal em relação à região núcleo do País, tanto do ponto de vista econômico como geográfico, o estado do Espírito Santo caracteriza-se como região periférica. Sua economia, fundamentada numa cafeicultura tradicional, apresenta-se em crise, vendo-se o Estado na contingência de, rapidamente, integrar-se no “core” do país como solução para a mesma. Em virtude das características espaciais pré-existentes, a repercussão da crise é diversa nas porções do Estado situadas ao sul e ao norte do rio Doce, variando também a forma de sua integração no “core”. Sofrendo maior impacto, o Norte capixaba configura-se como uma periferia deprimida, cuja integração, tentada através da pecuária, apresenta dificuldades.

Oferece, assim, o Estado do Espírito Santo, múltiplos elementos para que se compreenda o processo de integração de uma periferia em depressão, objetivando-se com o estudo do Município de Pancas, analisar os mecanismos desse processo. Não pretende, pois, o presente trabalho oferecer uma análise regional detalhada, nem um estudo da economia cafeeira. A descrição das características do espaço e a análises das cifras apresentadas prendem-se, tão somente, à caracterização do processo citado, de transformação de uma região periférica deprimida e o início de sua integração à região núcleo do país.

1 — O CARÁTER PERIFÉRICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

O Estado do Espírito Santo vem há algum tempo sofrendo um processo de empobrecimento, bem evidenciado pela grande diminuição de sua renda *per capita* em relação à renda média do Brasil. Com efeito, se em 1955 essa relação era de 77,2%, dez anos depois havia caído para 44,1%.

O problema assume maior gravidade quando se situa o Estado no contexto geral do País, e se observa que ele vem paulatinamente perdendo terreno em relação aos demais estados da Federação.

Esse processo de empobrecimento era até recentemente desconhecido da maioria da população brasileira. Situado, embora, próximo aos centros dinâmicos do País, o Estado do Espírito Santo permaneceu

3 Bertha K. Becker — *As migrações internas no Brasil, reflexo de uma organização do espaço desequilibrada*. *Rev. Brasil. de Geografia* — Ano 30, n.º 2.

4 Bertha K. Becker e outros — “Expansão do mercado urbano e transformação da economia pastoril”, *Rev. Brasil. de Geografia*, ano 28, n.º 4, e *Changing land use patterns in a developing country: the spread of cattle raising in Brazil*, XXI Congresso Internacional de Geografia — UGI — Nova Delhi, 1968.

no esquecimento, esquecimento esse que transparece até mesmo na escassez de estudos dedicados a seus problemas e potencialidades. Nos últimos anos, porém, em virtude da eclosão de grave crise econômica, seus problemas foram trazidos à tona e vêm sendo estudados e difundidos no País.

Tanto o empobrecimento quanto a crise atual do Estado são facetas de um mesmo problema — a sua posição marginal no espaço econômico brasileiro.

1.1 A posição marginal do Espírito Santo no espaço econômico brasileiro

Até recentemente podia ser encarado o subdesenvolvimento do Espírito Santo como um atraso apenas relativo às áreas mais prósperas do Centro-Sul. Participando da região geoeconômica do Sudeste, apresentava-se em situação francamente desfavorável, sobretudo em relação à sua região, mas em superioridade às condições de pobreza do Nordeste e da Amazônia. Efetivamente, em 1960, enquanto a renda *per capita* média do Brasil era de Cr\$ 27,00, a do Centro-Sul era de Cr\$ 49,00, a do Espírito Santo era quase três vezes menor que a do Centro-Sul — Cr\$ 17,50, porém superior à do Nordeste Cr\$ 13,50.⁵

Essa situação de inferioridade dentro do Centro-Sul traduz a posição marginal do Espírito Santo no Sudeste do Brasil. Indiscutivelmente, o Espírito Santo é parte integrante da região Sudeste quer por sua posição geográfica quer pelas características de seu quadro natural quer por uma evolução econômica comum, marcada pela atividade cafeeira. A vinculação com o Sudeste foi garantida, aliás, pela rede ferroviária implantada para escoamento da rubiácea. É Sudeste, também, por se estender ao longo da encosta e das massas elevadas do escudo cristalino; por estar sujeito a climas tropical de altitude que geram o revestimento de matas propícias à expansão do café, e fonte de atração da colonização estrangeira.

No entanto, participando do chamado Sudeste Velho, ocupa os confins orientais da região, distantes e de difícil acesso, fundamenta sua economia numa cafeicultura arcaica que gerou uma estrutura econômica subdesenvolvida, e situa-se na faixa de subordinação exclusiva do Rio de Janeiro, grande sorvedouro dos proveitos da economia cafeeira, e parco retribuidor da riqueza absorvida, cujo dinamismo em nada comparável ao de São Paulo, tem sido insuficiente para impulsionar as regiões sob o seu comando, a substituir a economia tradicional de exportação por atividades agrícolas ou industriais mais eficientes. A perda do comando econômico do País pelo Rio de Janeiro, que já não é mais seu maior mercado consumidor nem maior centro industrial, veio acentuar a marginalidade do Espírito Santo.

Essas restrições impediram ao Estado de competir com as áreas cafeeiras mais prósperas de São Paulo e Paraná e de acompanhar o desenvolvimento econômico da Guanabara e São Paulo, o que lhe conferiu um obsoletismo por posição.

Tal situação, porém, aparece hoje agravada. Situado no conjunto da economia nacional, a meio caminho entre o pauperismo nordestino

5 *Diagnóstico para planejamento econômico do Estado do Espírito Santo — INED — FIES — 1966.*

e a prosperidade sulina o Estado não se beneficiou dos incentivos especiais dispensados ao Nordeste, ainda que não tenha participado suficientemente, tampouco, dos impulsos dinâmicos do Centro-Sul.

Os estímulos governamentais para o desenvolvimento do Nordeste e, principalmente, a dinamização do Estado da Bahia que apresenta recentemente extraordinário crescimento com expansão anual da renda interna da ordem de 10%, graças à implantação de moderna indústria química e petroquímica, tornaram mais patente o caráter tradicional da economia e a pobreza do Espírito Santo. Assim, em 1965, com renda *per capita* correspondente a 44% da renda *per capita* média nacional, o Espírito Santo colocava-se abaixo de quase todos os estados do Norte e do Nordeste, alcançando superioridade somente em relação aos Estados do Piauí, Maranhão e Pará.

Assume, assim, o Estado, o caráter de uma periferia intermetropolitana, imprensada entre dois “núcleos”, o espontâneo — do Sudeste, já cristalizado, e o incentivado — do Nordeste, em formação.

O empobrecimento do Espírito Santo, relativo ao crescimento dos centros dinâmicos, indicando sua incapacidade em acompanhá-los denuncia a existência de uma pobreza estrutural, inerente ao próprio Estado. Resultante, em última análise, das limitações intrínsecas estaduais e de suas relações com o “core”, a penúria crônica recentemente eclodiu em crise econômica de sérias proporções.

A crise que o Estado atravessa se expressa na crise do café, decorrente dos programas de erradicação dos cafeeiros, instituídos pelo GERCA⁶ em 1962 e 1966. Com efeito, o segundo programa de 1966 assumiu aspectos violentos no Espírito Santo.

Violento porque liberou cerca de 130 a 150 mil hectares de terra anteriormente ocupados por 180 milhões de pés de café, representando mais de 45% da lavoura cafeeira do Estado, a mais importante e base de sua estrutura econômica.

Violento pelo que significa de perda de renda interna no ano de 1967, e de estancamento definitivo do fluxo de renda gerada pela produção dos cafezais erradicados. Somente a erradicação de 1966 provocou a perda ou ociosidade de 20 bilhões de cruzeiros antigos de capitais fixos (lavoura erradicada, habitações, terreiros etc. ...), a redução da safra em 575.000 sacas/ano, a redução da renda em ... Cr\$ 10 milhões por ano e a redução da receita em Cr\$ 3 milhões por ano.⁷

Violento ainda, e, principalmente, por suas repercussões sociais, ou seja, pelo desemprego gerado no campo e desamparo em que permanecem as famílias desses lavradores, levando ao êxodo em massa. Calcula-se em cerca de 180.000 as pessoas desamparadas no meio rural. Considerando que 60.000 pessoas foram reabsorvidas na agricultura e que 30.000 tenham sido incorporadas nas favelas, principalmente nas de Vitória, Colatina e Cachoeiro do Itapemirim, teria havido uma emigração de aproximadamente 90.000 pessoas, especialmente para a Guanabara e para o Paraná, onde se integram no processo de penetração do café rumo ao Oeste, mantendo a tradição ca-

6 Grupo de Racionalização da Cafeicultura — Instituto Brasileiro do Café.

7 O Programa de Diversificação no Espírito Santo — IBC — 1967.

feicultora. O êxodo, entretanto, tende a se agravar em virtude das transformações que se processam na estrutura da sua economia agrária.

Ocupando 70% da área erradicada durante o primeiro programa de erradicação, e já 40% no segundo, as pastagens tendem a se expandir em substituição às culturas do milho, feijão e mandioca plantadas apenas para cumprir o contrato com o GERCA, que obriga à diversificação da lavoura. Como esse contrato termina 1969, é de se prever, nesse ano, a liberação de mais de 45.000 pessoas correspondentes à população retida provisoriamente com as culturas anuais, pois, como diz o velho ditado. "onde entre o boi sai o homem".⁸

A erradicação, entretanto, não foi a causa primeira, mas apenas acelerou, de forma vigorosa, o processo de crise já em andamento, caracterizado pela contradição, entre o papel fundamental do café no Espírito Santo e o papel marginal do café espírito-santense no plano nacional.

Assim, as razões da crise econômica do Estado, expressão de sua posição marginal, devem ser buscadas nas limitações intrínsecas da sua estrutura socioeconômica, e nas suas relações com o centro dinâmico do País, relações essas que lhe definem a verdadeira posição periférica.

1.2 — As raízes da marginalidade: as limitações intrínsecas do quadro agrário

As limitações intrínsecas do Estado decorrem de uma estrutura primária da produção excessivamente dependente da agricultura cafeeira tradicional, que imprimiu seu ritmo e sua forma à estruturação socioeconômica do Estado.

Substituindo a cana-de-açúcar, aliás de pouca expressão e limitada a áreas restritas do litoral a partir de 1850, domina de forma rápida e maciça a economia e o espaço capixaba, alcançando o máximo de expansão entre 1920 e 1950, quando entra em fase de lento crescimento até 1960, para daí apresentar decadência acelerada.

O impulso pioneiro do café foi responsável pela interiorização do povoamento, conquistando a rubiácea, na segunda metade do século XIX, as regiões situadas ao sul do rio Doce, e no século XX, aquelas situadas ao norte. Responsável pela conquista e organização do espaço agrícola, o café gerou ainda os núcleos urbanos, montados para a sua coleta, armazenamento e expedição. Foi a circulação do café que, abrindo e movimentando estradas, vinculou as zonas de produção aos centros de beneficiamento e exportação, promovendo os elos de integração regional e de ligação da região com o exterior e com o Rio de Janeiro.

Conquistando palmo a palmo vales e encostas, derrubando a mata, atraindo as pessoas, alimentando-as com milho e o feijão que carregou

⁸ Dados sobre o êxodo, contidos no Plano de Diversificação e Desenvolvimento Agrícola — Vol. 1, ASPLAN, 1968.

consigo, dando-lhes emprego e remuneração, o café associou-se intimamente à vida da população e ao espaço capixaba. O seu papel na implantação dos estabelecimentos rurais, no povoamento e no desenvolvimento da produção de alimentos pode ser verificado na tabela 1.

TABELA 1

O PAPEL DO CAFÉ NA ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO AGRÍCOLA DO ESPÍRITO SANTO

	1940	1950	1960
% da área territorial. ocupada p/propriedades	49,9	63,4	72,4
% dos estabelecimentos que cultivam café	78,0	78,7	75,8
Densidade demográfica rural.	14,9	16,7	20,3
Produção de subsistência p/hab. (kg)			
milho	155	170	105
feijão	10	34	14

Fonte: Plano Diretor da ACARES — 1963 — 65, Vitória, 1966.

Não admira pois que, até 1950, a produção cafeeira gerasse diretamente 30% da renda e mais de 40% da receita global do Estado. Ainda em 1960, a ACARES estimava em cerca de 30% a sua participação na formação da renda, levando em conta o seu efeito multiplicador (serviços, lavouras de subsistência, beneficiamento etc...).

Mais impressionantes ainda são os dados que evidenciam a estreita dependência da organização agrária e da população rural ao café. Em 1960/61 o café absorvia cerca de 57% da área em lavouras e 80% da mão-de-obra agrícola do Estado, sustentando mais de 70% das famílias rurais (tabela 2).

A estruturação do espaço econômico fundamentada no café processou-se, porém, com caráter bastante precário, em virtude da incompatibilidade entre essa lavoura e a pequena propriedade, se laborada com técnicas primitivas e implantada em meio natural e em condições locacionais pouco favoráveis. Essa precariedade é tanto maior quanto comparada a áreas cafeeiras mais prósperas, conferindo à cafeicultura capixaba uma posição marginal no plano nacional.

Considerando que a propriedade média de café no Estado gira em torno de 51,5 — 56,8 hectares, contra média de 115,1 hectares em São Paulo, e que a área média da lavoura de café dentro das propriedades é de 10 hectares, fica caracterizado a pequena dimensão da empresa cafeeira no Espírito Santo, pois se a estrutura é homogênea, as médias não mascaram a disparidade interna, como deve ser o caso para São Paulo.

Assim, os médios e pequenos estabelecimentos representavam, em 1961, 80% das propriedades cafeeiras e 60% da área cultivada com café, e pelo menos 45% da mão-de-obra no trato da lavoura, eram constituídas por proprietários e membros não remunerados da família.

Essa estrutura é, em grande parte, fruto da colonização estrangeira. Embora no extremo sul do Estado o café fosse introduzido a partir de 1830, por fluminenses e mineiros, estabelecidos em propriedades médias, a expansão cafeeira na região central se fez graças à imigração de alemães e italianos, que aí implantaram a pequena propriedade. Os colonos foram deslocados para o solo capixaba por iniciativa do Governo Imperial que, durante o século XIX preocupava-se em povoar as áreas desabitadas do País. Totalizando uns 100.000 indivíduos, introduzidos entre 1847 e 1895 (35.000 alemães e 65.000 italianos aproximadamente), a imigração, embora representasse um contingente bem inferior ao recebido pelo sul do País ou por São Paulo, constituiu, sem dúvida, uma contribuição vital para um Estado que só possuía 50.000 habitantes em meados do século passado. Estabelecidos em "colônias", inicialmente lotes de 50 e posteriormente 25 hectares, os colonos criaram uma estrutura agrária homogênea, caracterizada pela pequena propriedade, estrutura essa que acompanhou o deslocamento da frente pioneira para o norte do Estado.

TABELA 2

ABSORÇÃO DE FATORES PRODUTIVOS PELA CAFEICULTURA
NO ESPÍRITO SANTO

Itens	Censo Agrícola de 1960		Pesquisa IBC — OEA de 1961	
N.º de Propriedades — Total	54.792	100 %	54.694	100 %
Cafeeiras	41.347	75,4%	46.594	85,2%
Área (1.000 ha): Total de propriedades	2.894,2	100 %	3.004,8	100 %
Propriedades cafeeiras	2.130,0	73,6%	3.650,2	87,0%
Ocupada com café	423,0	14,6%	421,6	13,8%
N.º de Famílias: Total	125.000	100 %	117.594	100 %
Cafeiculturas	93.000	77,3%	107.758	92,0%
N.º de Pessoas: Total	725.000	100 %	683.026	100 %
Cafeiculturas	540.000	74,4%	628.681	92,0%
N.º de Enxadas: Total	291.143	100 %	280.110	100 %
Cafeiculturas	240.500	82,6%	276.987	98,8%
Propriedade Média do Estado	52,8 ha/prop.		55,6 ha/prop.	
Propriedade Cafeeira Média	51,5 ha/prop.		56,8 ha/prop.	
Área Média da Lavoura	10,2 ha/prop.		9,0 ha/prop.	
Tamanho Médio da Família	5,8 pessoas/fam.		5,8 pessoas/fam.	
N.º de Enxadas por Família	2,6 enxadas/fam.		2,5 enxadas/fam.	
Lavoura Cultivada por Enxada	1,7 ha/enxada		1,5 ha/enxada.	

Fonte: O programa de diversificação no Espírito Santo — DAC — IBC — 1967.

Diverso daquele da maior parte do sudeste cafeeiro, esse regime de propriedade predominante representa uma primeira desvantagem para a cafeicultura do Estado. Nada que se compare à empresa mercantil, caracterizada pela grande fazenda escravocrata tradicional nos Estados do Rio e Minas Gerais, ou tampouco à grande empresa de moldes capitalistas mais recentes de São Paulo e Paraná. Mesmo quando comparada aos sítios cafeeiros freqüentes nos dois últimos Estados, a propriedade capixaba é desvantajosa, pois que não conta com as terras roxas, os transportes e o mercado que lá os sustentam.

A desvantagem da escassez de terra seria anulada, caso a população utilizasse técnica racional na produção, o que infelizmente não ocorre.

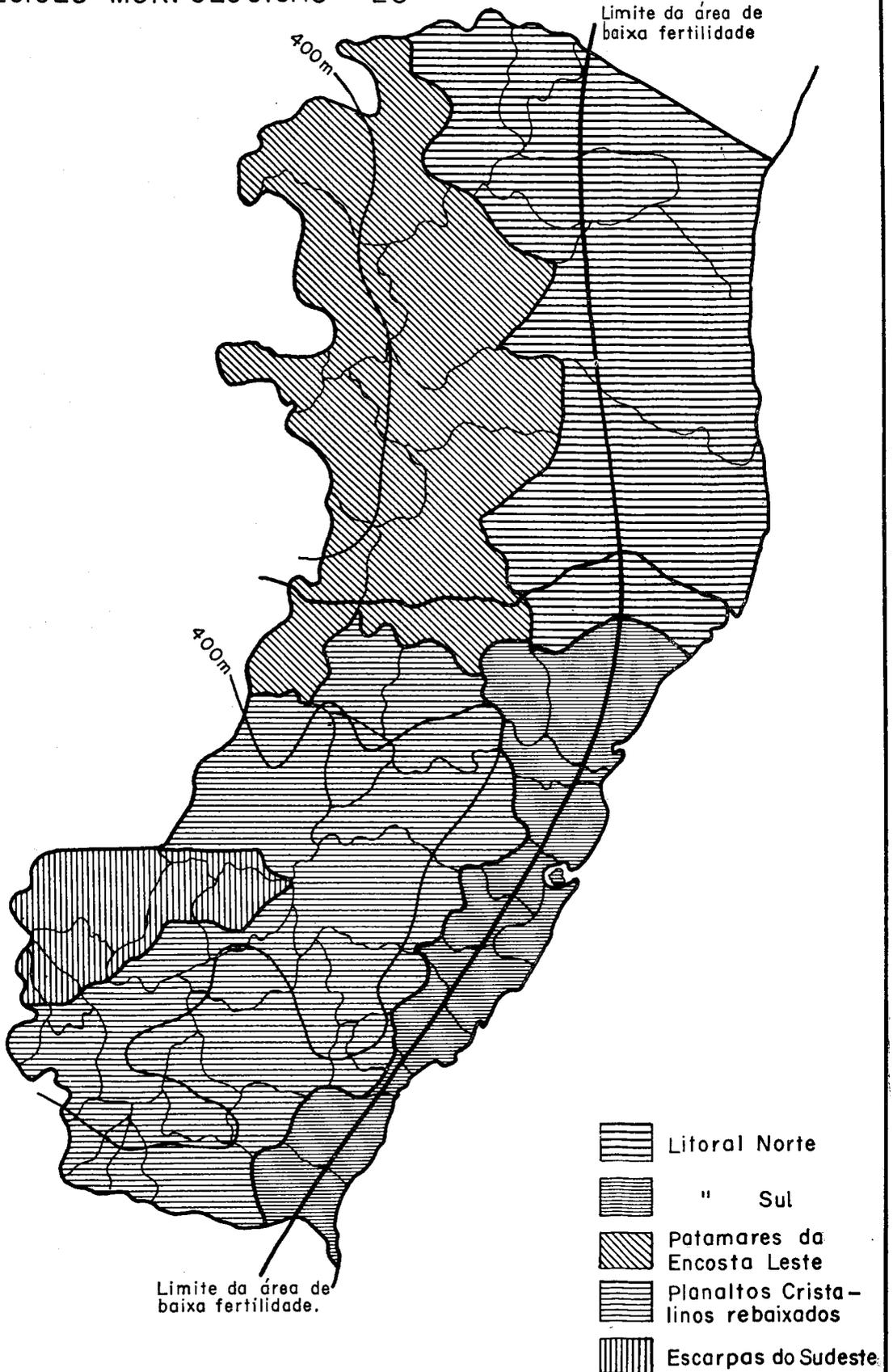
Implantou-se assim, desde a sua origem, o café, com uma contradição básica entre a pequena dimensão da propriedade e as necessidades de uma lavoura de especulação, fundamentada no uso extensivo da terra — espaço e fertilidade natural — como principal fator de produção. Essa contradição explica os baixos rendimentos alcançados pela lavoura, rendimentos que são ainda extremamente prejudicados por condições naturais adversas.

Embora, a grosso modo, o Estado apresente condições climáticas e edáficas propícias ao café, apresenta também sérias deficiências ao seu cultivo. Os climas tropicais diversificados, que variam do tropical úmido ao tropical de altitude, permitiram o revestimento de florestas em toda a extensão territorial que enriqueceram os solos oriundos da decomposição de rochas cristalinas, dotados de boa fertilidade. Semelhante variedade de clima oferece condições para o desenvolvimento tanto dos cafés finos, arábicos, como do robusta, mais resistente, porém de gosto menos apurado.

Acontece, porém, que o clima varia sensivelmente em função do relevo. Disposto ao longo dos patamares do planalto atlântico, o Estado apresenta relevo movimentado que estabelece paisagens distintas no sentido longitudinal. A zona serrana, talhada em rochas cristalinas (72,8% da área do Estado), registra altitudes elevadas e topografia acidentada junto à divisa com Minas Gerais. Rebaixando-se gradativamente em direção ao litoral, mantém caráter ondulado até o contato com a zona dos tabuleiros, onde as formas planas passam a dominar, em virtude das formações terciárias da Série Barreiras que a compõem (13% do território estadual). A faixa dos tabuleiros é isolada do mar pela planície costeira, constituída de sedimentos quaternários (14,2% da área).

Somente os rios quebram o alinhamento geral do relevo, desenvolvendo-se transversalmente aos maciços rochosos, o mais importante deles, o rio Doce, constituindo formidável brecha que secciona o Estado em duas partes bastantes diferenciadas. Ao sul do rio Doce, na região central do Estado, as massas cristalinas assumem grande complexidade; a curva de nível de 400 metros avança até próximo à costa, e as altitudes médias que giram em torno de 700 m, são dominadas por cumes de 1.000 a 2.880 m, da serra do Caparaó. Profundamente recortado, com vales encaixados, de encostas íngremes, interceptados, por quedas e rápidos; o relevo e de difícil escalada, abrandando-se para o sul, nos vales do Itapemirim e Itabapoana, e para o norte nos afluentes da margem direita do rio Doce. Ao norte desse vale, o planalto não tem a mesma massa nem a mesma altitude. A curva de nível de 400 m

REGIÕES MORFOLÓGICAS - ES



acha-se muito interiorizada, predominando aí um relevo baixo, que assume formas onduladas ou planas, segundo se desenvolvam em rochas cristalinas ou terciárias, respectivamente.⁹

A figura 1 ilustra a diversidade morfológica e edáfica no Estado.

Em virtude do rebaixamento do relevo, a porção do Estado situada ao norte do rio Doce apresenta clima tropical quente e úmido, que varia do Am na faixa costeira, com precipitações superiores a 2.000 mm anuais, ao Aw no interior, com estação seca muito pronunciada; somente a estreita faixa da serra dos Aimorés registra clima tropical de altitude, com verões quentes. Ao sul do rio Doce é muito maior a extensão do clima mesotérmico, reduzindo-se a ocorrência do tropical quente e úmido à faixa litorânea e à parte inferior dos vales que recortam a montanha.¹⁰

Decorrência do relevo, o clima mesotérmico com condições ótimas para os cafés finos, ocorre portanto somente acima de 400 m de altitude, justamente nas zonas serranas, fortemente acidentadas; em contrapartida, as áreas de relevo baixo são excessivamente quentes e por vezes também pobres, quando correspondem aos tabuleiros terciários. Restam, portanto, poucas áreas em que a rubiácea encontra condições climáticas ótimas ao seu desenvolvimento, como indica a figura 2.

Se com o seu relevo acidentado e seus solos medianamente férteis, o Estado pôde enfrentar a concorrência das áreas cafeieras do Estado do Rio e de Minas Gerais, de condições naturais similares, o mesmo não acontece em relação às férteis terras roxas e aos espigões de topo plano de São Paulo e Paraná. Mesmo a vantagem climática, que apresenta em relação ao Paraná — a inexistência de geadas — desvanece-se em presença da excessiva movimentação do relevo.

Frente às técnicas primitivas de utilização da terra, o relevo cristalino excessivamente movimentado, contribui para a erosão dos solos, e o envelhecimento precoce de lavouras implantadas com freqüências em declividades superiores a 40% (fig. 3). Já em 1956 observava-se que o café subia cada vez mais as encostas dos morros, não sendo raros os cafezais localizados em divisores d'água.¹¹ Outrossim, a manutenção da lavoura intercalar, mesmo após o cafezal formado, em virtude das necessidade de subsistência da população, contribui para o rápido esgotamento dos solos.

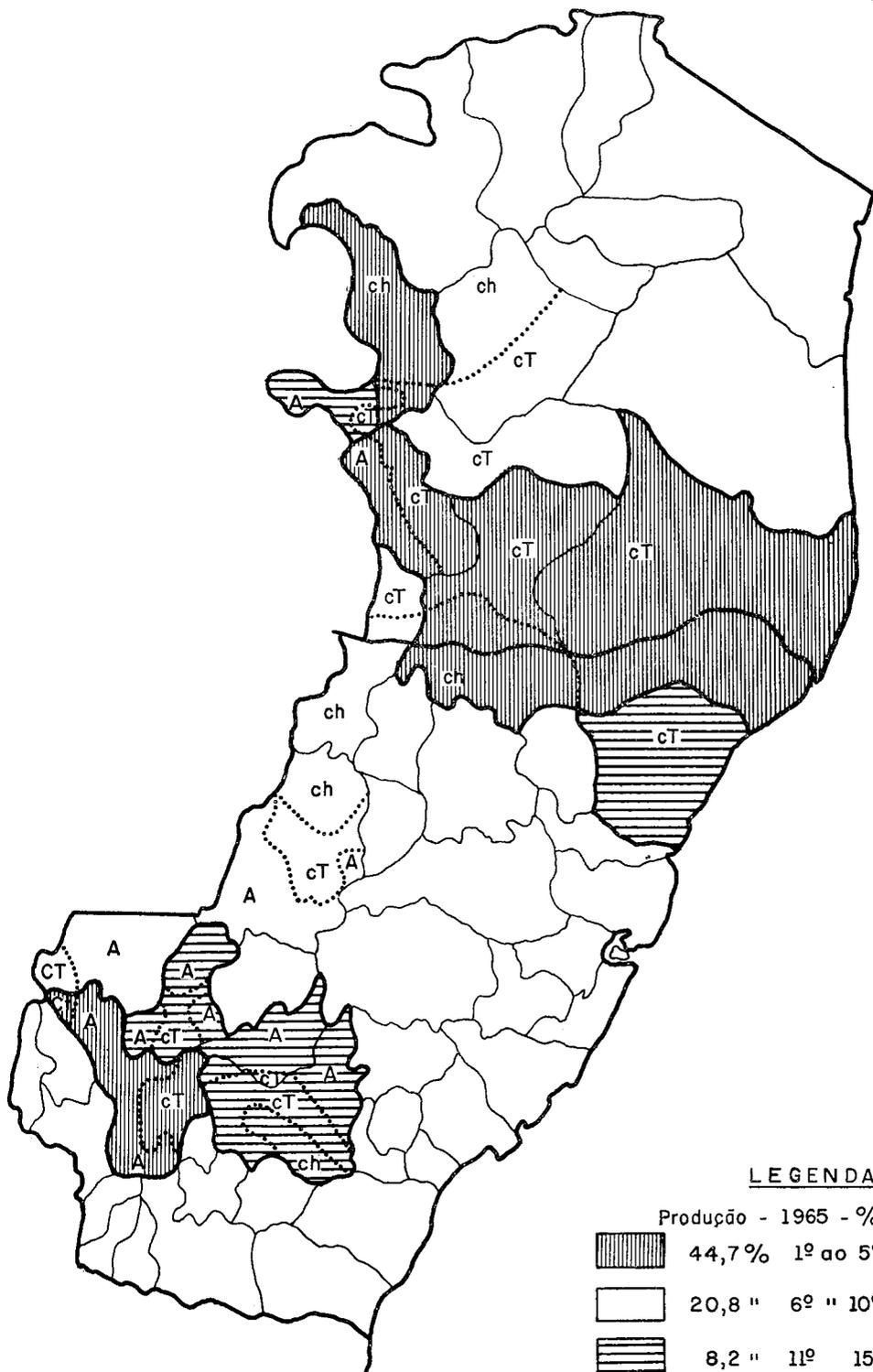
Explica-se, assim, o ínfimo rendimento da cafeicultura capixaba, pelo emprego de técnicas primitivas, em condições ecológicas pouco favoráveis. Considerando apenas os cafeeiros adultos, verifica-se que 63% deles apresentam rendimentos absolutamente insatisfatórios e, no conjunto, o rendimento médio do Estado é muito inferior ao do Estado de São Paulo, quer se leve em conta o rendimento por unidade de

9 A respeito veja-se Pierre Deffontaines "Ensaio de divisões regionais e estudos de uma civilização pioneira — O Estado do Espírito Santo", *Bol. Geográfico*, Ano II, n.º 19, 1944, e Jean Roche *A Colonização alemã no Espírito Santo*, Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1968.

10 Lysia Maria C. Bernardes "Tipos de climas do Estado do Espírito Santo" e Ruth Matos Almeida Simões "Distribuição das normais de chuvas no Estado do Espírito Santo", *Rev. Bras. Geografia*, ano XIII, n.º 4, 1951.

11 "Aspecto Geográfico do nordeste do Espírito Santo" — A.T. Guerra — *Rev. Brasil. Geografia*, Ano 19, n.º 2, 1957.

LOCALIZAÇÃO ATUAL DA CULTURA DE CAFÉ COMPARADA ÀS RESTRIÇÕES CLIMÁTICAS



LEGENDA

Produção - 1965 - % 73,7 %

	44,7 %	1º ao 5º	município maior produtor			
	20,8 "	6º "	10º "	"	"	"
	8,2 "	11º "	15º "	"	"	"

Restrições Climáticas

Ch - inapto	- deficiência hídrica	Ct - inapto	- deficiência temperatura
CH - "	excesso de água	CT - "	excesso "
ch - marginal	- deficiência hídrica	ct - marginal	deficiência "
cH - "	excesso de água	cT - "	excesso "
		A - apto	

Fig.2

Fig. 2 — Localização atual da cultura de café comparada às restrições climáticas.

área — 308 kg contra 446 kg, quer por 1.000 pés — 231 kg contra 543 kg (tabela 3).

TABELA 3
 RENDIMENTO DO CAFÉ NO ESPÍRITO SANTO
 (Cafeeiros adultos — mais de 3 anos)

Rendimento Médio (por 1.000 pés)	N.º de Cafeeiros adultos (%)	Produção %
364 kg	37	59
172 kg	24	18
138 kg	39	23

Fonte: *A Cafeicultura no Espírito Santo* — IBC — OEA — 1961.

É, portanto, modesta a contribuição do Espírito Santo à produção e exportação do País. A espetacular ascensão do Paraná no cenário nacional acentuou definitivamente a posição marginal do café capixaba, deslocando-o do posto de 3.º para 4.º produtor brasileiro, a partir de 1950 (fig. 4).

A figura 5, baseada no índice de Z. Chojnicki referente à especialização de regiões, de acordo com a composição percentual de suas exportações, denuncia a marginalidade do café capixaba tanto no que concerne à fraca intensidade de sua exportação, como à sua posição periférica na grande região cafeeira do País.

Acresce que o Espírito Santo é o maior produtor de café de tipo e qualidade inferiores no País. Enquanto a exportação média do Brasil é de café tipo 5, a do Espírito Santo oscila entre 8, 7 e 7/8 e o Estado contribui com 82% do total do tipo 7 exportado pelo País. Quanto à qualidade de 99% do café exportado pelo Estado é de café bebida Rio, considerado de qualidade inferior, equivalendo a 57% da exportação total brasileira dessa qualidade.

Tais discrepâncias refletem-se, evidentemente, nas diferenças de preços de exportação entre o total brasileiro e o Porto de Vitória (tabela 4), repercutindo profundamente sobre a situação econômica do agricultor.

TABELA 4
 PREÇO DO CAFÉ BRASILEIRO E CAPIXABA
 (FOB US\$/saca)

Anos	Brasil	Espírito Santo
1950-51	64,71	54,32
1955-56	61,62	42,14
1960-61	42,38	31,74

Por sua modesta contribuição à produção e exportação nacional, e pela má qualidade e baixos preços de seu café, o Espírito Santo é bem “um ramal de café no Brasil”¹² (tabela 5).

¹² Mário Mazzei Guimarães, *Espírito Santo: um ramal de café no Brasil*. Secretaria de Agricultura, São Paulo, 1954.

TABELA 5

A POSIÇÃO MARGINAL DO CAFÉ ESPÍRITO-SANTENSE NO BRASIL
(%) — 1960

Área Cultivada	7,8%
Volume Produção	9,1%
Valor Produção	5,1%
Volume Sacas Exportadas	6,6%
Valor Exportação	4,9%

Fonte: Plano Diretor 1963 — 65 — ACARES. Vitória, 1966.

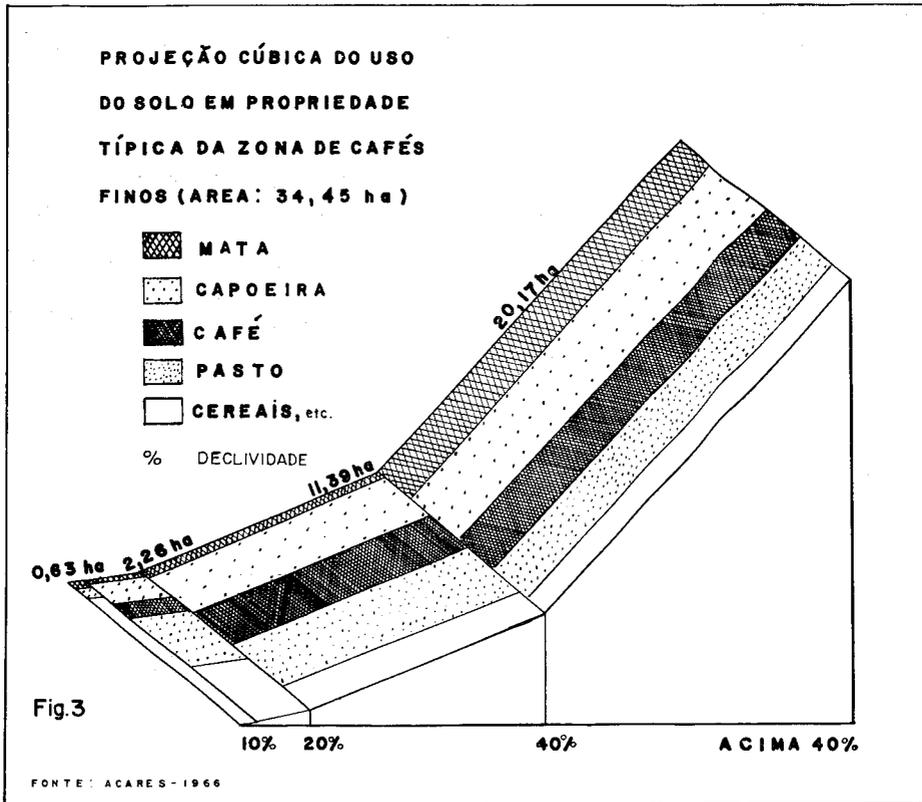


Fig. 3.

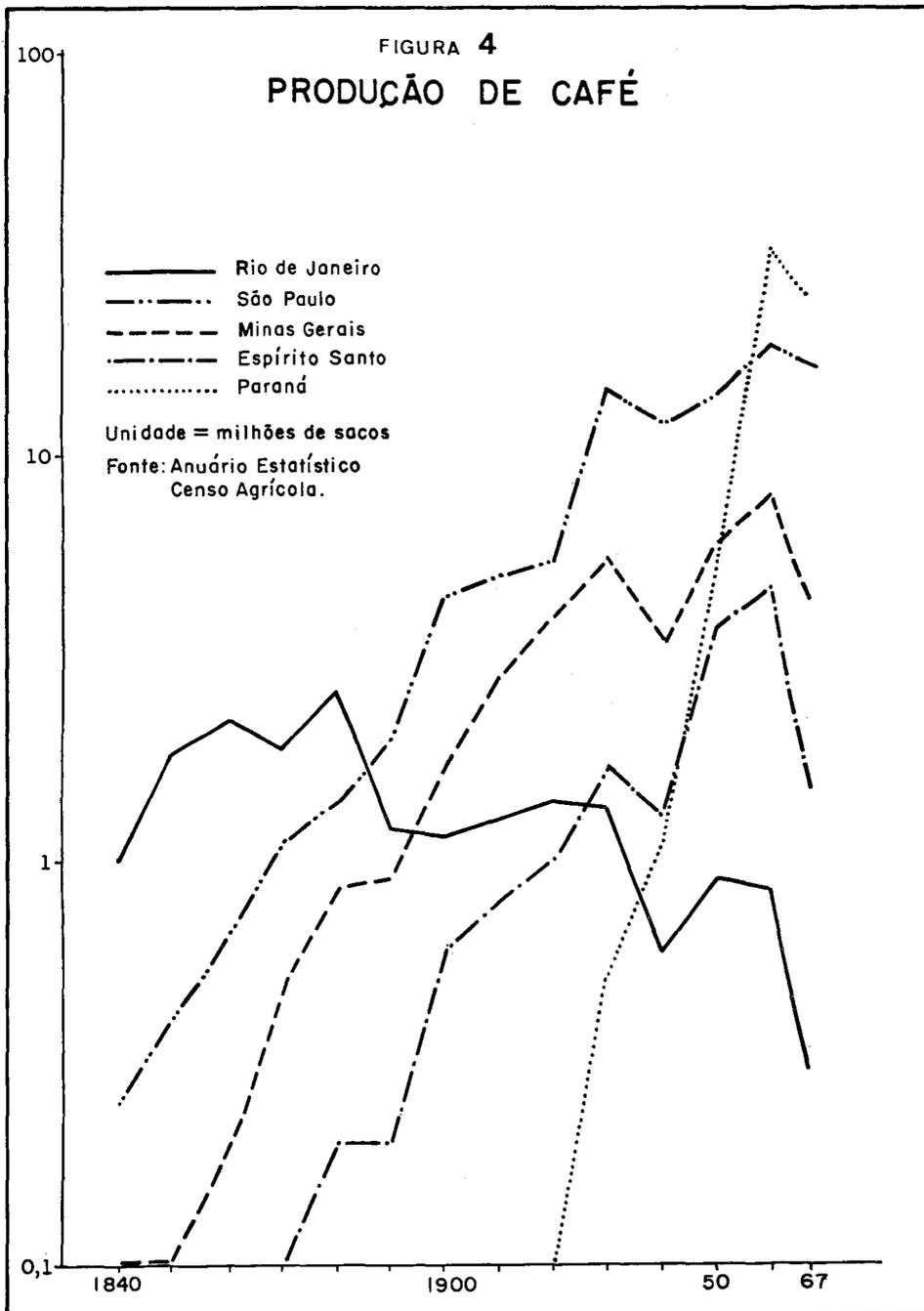
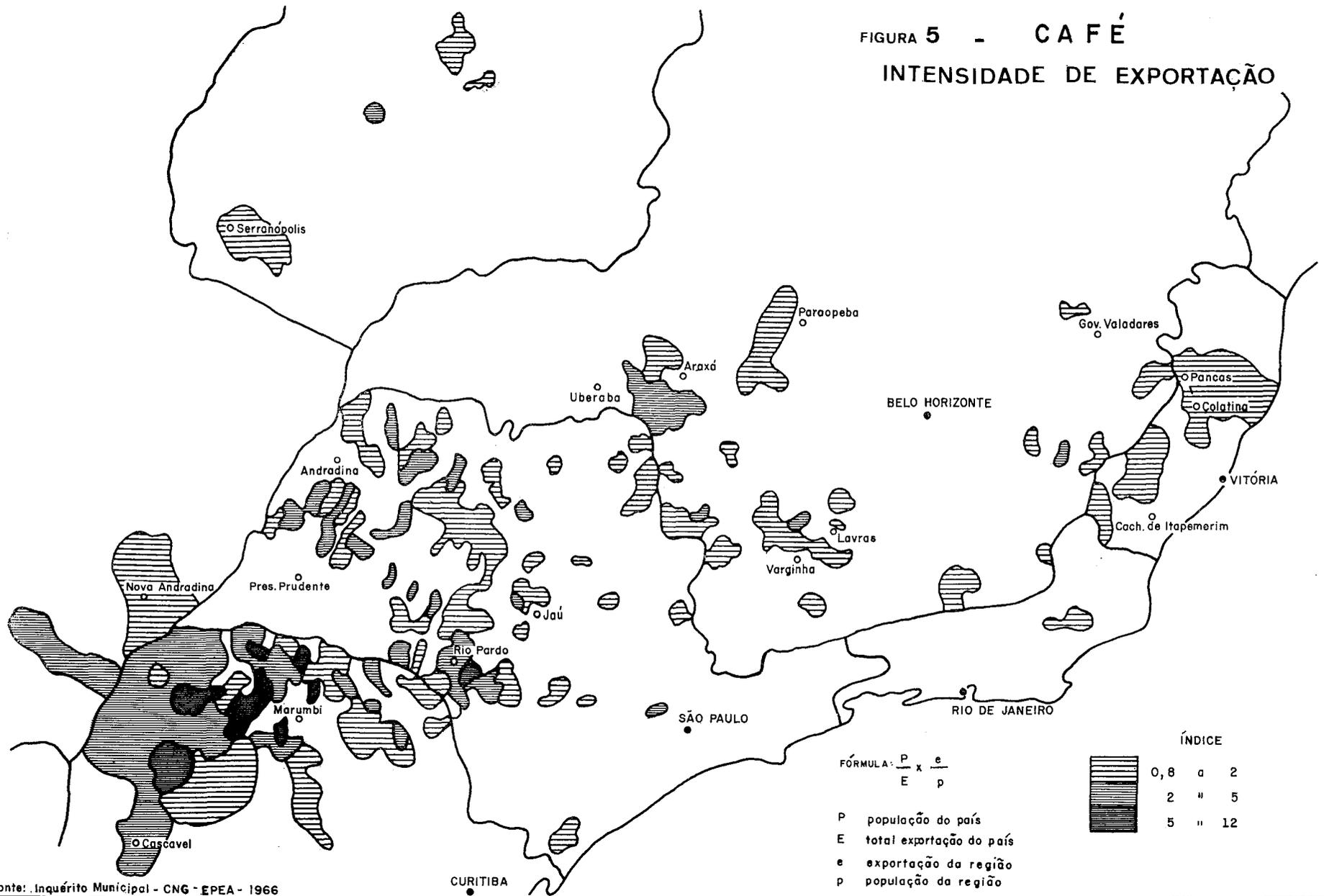


Fig. 4.

FIGURA 5 - CAFÉ
INTENSIDADE DE EXPORTAÇÃO



Fonte: Inquérito Municipal - CNG - EPEA - 1966

Fig. 5 — Intensidade de exportação do café.

Não admira pois que, encerrando-se o desbravamento pioneiro, extensivo e predatório, esgotadas as terras e deteriorados os preços do café, este mostre sinais de decadência já em fins da década de 1950. E a decadência do café significou a decadência econômica do Estado (Tabelas 6 e 7).

TABELA 6
PARTICIPAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO NA PRODUÇÃO EXPORTÁVEL DO BRASIL
(1.000 sacas 60 kg)

Quinquênios	%
43/48	13,6
48/53	10,5
53/58	11,4
58/63	7,1
63/68	6,4

Fonte: A Renovação da Cafeicultura Capixaba — Projeto Pages 01 — Sec. de Agricultura — Vitória 1968.

TABELA 7
PARTICIPAÇÃO DO CAFÉ NA RENDA DO ESTADO

Anos	(%)
1950/51	29,3
1955/56	27,9
1960/61	16,1

Fonte: IBC — DAC — 1967.

Profundamente dependente do café, o Estado declina não apenas porque perde a sua fonte de renda mas também porque sua estrutura rígida, criada em função de uma cafeicultura marginal e a ela essencialmente adaptada, apresenta estrangulamentos tais que a tornam incapaz de reagir diante da crise.

Com efeito, a rubiácea não trouxe ao Estado do Espírito Santo prosperidade comparável a de outros Estados cafeeiros. O afluxo modesto de uma população pobre, o volume reduzido da produção, não justificaram a multiplicação de cidades importantes e de vias de circulação que dinamizassem a vida agrícola estadual. O baixo poder aquisitivo do mercado local não consegue, assim, superar as dificuldades da diversificação agrícola apresentadas pelos solos esgotados e relevo acidentado, impecilho à mecanização, que conferem à pequena lavoura rentabilidade extremamente baixa. Apenas o arroz encontra oportunidade para se desenvolver nas várzeas e, no mais, é a pastagem que se expande.

Por outro lado, as limitações acima apontadas dificultando sobremaneira a acumulação de capitais, a não ser no comércio, e a iniciativa empresarial, bloquearam o desenvolvimento industrial, impedindo que o Estado participasse do progresso que se desencadeou no eixo Rio-São Paulo.

A incapacidade em acompanhar o desenvolvimento industrial colocou o Espírito Santo numa posição de atraso em relação ao núcleo dinâmico, posição essa que é agravada pelas próprias relações com esse “núcleo”.

1.3 — As raízes da marginalidade: as relações com núcleo no setor agrário

Em virtude de sua precariedade, a cafeicultura capixaba, apesar de fundamental para a estrutura socioeconômica do Estado, sempre teve um caráter marginal no plano nacional. Iniciada em meados do século XIX, tomou maior ímpeto justamente em fins do século XIX e início do século XX, numa época em que se expandia o café em São Paulo e, posteriormente no Paraná, áreas cafeeiras dotadas de condições extremamente vantajosas com as quais o Espírito Santo não podia competir.

O seu caráter marginal, porém, deriva também da política cafeeira nacional, na realidade uma política do “núcleo”, pois que é elaborada em função das suas necessidades e interesses.

Historicamente, o Espírito Santo é o Estado cafeeiro menos favorecido nas decisões da política econômica na área do IBC. Desde o Convênio de Taubaté que, firmado em 1906, marca início da intervenção estatal no mercado do café, com vistas a defender a estrutura da economia cafeeira diante das crises de superprodução e deteriorização de preços, registra-se a marginalização do Espírito Santo, pois somente São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro firmaram o acordo. Este, decidindo dificultar a exportação de tipos de qualidade inferior, afetava diretamente o Espírito Santo, exportador por excelência de tipos inferiores.

A partir de então, acentuou-se gradativamente a intervenção estatal no mercado do café, através de organismos vários que culminaram com a criação do Instituto Brasileiro de Café em 1952. Órgão federal de caráter autárquico, com poderes quase ilimitados para intervir na economia cafeeira, sua criação objetivou superar a instabilidade e a improvisação das medidas de defesa anteriores, mediante a formulação de uma política a longo prazo. Dada a discrepância, a partir da década de 1950, entre o crescimento da produção nacional e as restrições na demanda mundial foi criado, em 1961, o Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura — GERCA — que tomaria a si esse planejamento.

À medida que se cristaliza a política intervencionista, acentua-se o declínio do café espírito-santense. Na verdade, a política cafeeira nacional foi gerada em grande parte devido à superprodução de São Paulo e Paraná, os grandes produtores. Visando reduzir e racionalizar a produção, estabeleceu no País um processo altamente seletivo, que beneficiou as áreas cafeeiras dotadas de solos mais férteis, de capitais e de infra-estrutura poderosa, em detrimento daqueles dotados de cafeicultura marginal.

Em 1960 inicia-se, assim, nova fase para o café capixaba — a da decadência acelerada — pois a partir de então sua produção de tipo inferior foi sistematicamente prejudicada.

Inicialmente, quando o IBC avocou para si o controle do comércio de cabotagem, pelo qual se fazia a comercialização do café para os entrepostos de Recife, Fortaleza, Belém e Manaus, o Espírito Santo que,

dado o tipo inferior do seu café, era grande fornecedor para todo o Norte e Nordeste do País, sofreu forte golpe em sua economia. Em seguida, visando à melhoria da qualidade do produto, os Regulamentos de Embarque (1961/62 e 62/63) deflagraram a crise econômica já latente no Estado. Dando ênfase à campanha do café bebida para exportação, proibida por vezes a exportação dos tipos 7 e 7/8 para o exterior, tornando a produção do Espírito Santo extremamente dependente do IBC, que ora rejeitava esse tipo de café, ora lhe garantia a compra.

O aviltamento dos preços e a instabilidade do mercado trouxeram grande desestímulo à lavoura do Estado que, menos rentável, passou a ser desleixada e invadida pela broca.

Finalmente, quando a necessidade de conter a produção brasileira à demanda internacional culminou com a política de erradicação dos cafezais, a *debacle* foi total.

É bem verdade que, em termos nacionais, se impunha uma modificação na estrutura da lavoura cafeeira do País, dado os baixos índices de rentabilidade que apresentava em virtude do depauperamento dos solos, da idade avançada dos cafezais e do atraso das técnicas de cultivo. Daí o Plano Diretor do GERCA, que previa numa primeira fase a erradicação de 2 bilhões de pés de cafés antieconômicos, a diversificação das culturas nas áreas liberadas e a renovação parcial das lavouras. Para tanto, criou-se um mecanismo de estímulos e desestímulos. Estímulos à extirpação dos pés de baixo rendimento, mediante o financiamento dos serviços de destoca e remoção dos cafeeiros de maneira a permitir a manutenção do agricultor no período entre a destruição das velhas culturas e a implantação das substitutivas; desestímulos para os produtos de baixa qualidade e para os cafezais de produção inferior a 6 sacas por 1.000 pés.

O desestímulo far-se-ia sentir com maior intensidade justamente nas áreas cafeeiras marginais como o Espírito Santo.

O primeiro programa (1962/65), limitando a erradicação no Espírito Santo a 30% do total de cafeeiros do Estado, só atingiu 13% da área cafeeira total. Do total de 716 milhões de cafeeiros erradicados no Brasil entre 62-65, o Espírito Santo participou com 11,5% (82 milhões de pés), portanto menos que São Paulo (34,5%), Minas Gerais (27,5%) e Paraná (18%), mas alcançando em 4 anos a meta para ele prevista, enquanto que a meta do Brasil só foi cumprida em um terço.

Ao contrário do primeiro, o segundo programa de erradicação, iniciado em 1966, em vista dos resultados insatisfatórios do primeiro, não estabeleceu limitações regionais para eliminação de cafezais e sim estimulou-a estabelecendo indenizações tanto maiores quanto maior a proporção erradicada.

Tendo em vista que somente 20% dos cafezais do Estado apresentavam rentabilidade satisfatória em 1966, quando o IBC anunciou que pagaria Cr\$ 0,40 por pé de café arrancado, o cafeicultor capixaba encontrou na erradicação a grande solução para o seu problema, uma vez que poderia obter Cr\$ 300,00 por hectare erradicado, quando, com a produção de café em área equivalente alcançaria no máximo . . . Cr\$ 75,00.

Liberando 50% da área cafeeira total do Estado, o segundo programa causou impacto muito mais violento do que a anterior (tabela 8).

TABELA 8
OSCILAÇÃO DA ÁREA EM CAFÉ NO ESPÍRITO SANTO (ha)

Área Cultivada em 1961	430.000
Erradicação 1962-65	—60.000
Área cultivada em 1966	370.000
Erradicação de 1966-1967	—160.000
Área cutlivada atual	190.000

Fonte: A renovação da cafeicultura capixaba — projeto Pages 01 — 1968.

Além de estimular a erradicação, o programa de 1966, a título de um tratamento igualitário, estabeleceu, na verdade, um tratamento desigual entre as regiões, em detrimento das menos favorecidas. É que os valores de indenização, conforme a percentagem erradicada, foram estabelecidos nas diferentes áreas produtoras do País segundo o valor dos cafeiros e os custos da erradicação e da diversificação agrícola, obrigatórias, inclusive destoca e aração.

O condicionamento do valor à diversificação e não simplesmente à eliminação do cafeiro visava reduzir a possibilidade de opção pela pecuária. Reconhecendo a existência de condições peculiares às diferentes áreas cafeeiras, o Programa de Diversificação Econômica das Regiões Cafeeiras distinguir três tipos de zonas produtoras de café no Brasil, onde a indenização teria valores diferentes (tabela 9). A zona A, correspondendo ao Norte novíssimo do Paraná, foi estimulada para a erradicação com altos valores de indenização; a zona B, de que fazem parte Norte novo e velho do Paraná, o Estado de São Paulo e o Sul e leste de Minas, receberam valores de indenização menores; finalmente, a zona C, compreendendo as demais áreas — Espírito Santo, Mata de Minas Gerais e pequenos estados produtores, por apresentar cafeeiros de menor valor, e por ser considerado que aí o preparo do solo deveria ser “mais leve” para evitar a erosão, o que baratearia o trabalho, recebeu os mais baixos valores de indenização.

TABELA 9
VARIAÇÃO DAS INDENIZAÇÕES

Níveis de erradicação (%)	Valor (Cruzeiro cafeeiro)		
	Zona A	Zona B	Zona C
15-24	300	280	260
25-39	380	350	320
40	500	450	400

Fonte: Relatório do Dr. Ivo Batisteli — Coordenador do Programa de Diversificação e das Fiscalizações no Espírito Santo.

Acontece, porém, que posteriormente foi revogada a obrigatoriedade de destoca e aração das áreas erradicadas e também permitida, aliás, a formação de pastagens nas zonas A e C, depois de dois anos, onde o solos eram impróprios a outras lavouras. Ao se dispensar a

obrigatoriedade da destoca e aração, as Zonas A e B foram sobremaneira beneficiadas. Acresce que, ao cumprirem os contratos de diversificação agrícola, os cafeicultores da zona C, principalmente do norte do Espírito Santo, sofreram enormes prejuízos, pois nada conseguiram colher em solos por demais esgotados, enquanto que os da zona A e B auferiram lucros com a venda de fartas colheitas obtidas em seus solos privilegiados.

Os resultados das medidas de racionalização extremamente prejudiciais às áreas cafeicultoras mais atrasadas revelam a impropriedade das decisões tomadas a nível nacional, sem consideração das consequências a nível regional. Essas medidas, contudo, representam uma das faces da política cafeeira, a que se deve somar outra: “o confisco cambial”.

Embora produzindo menor volume de café, e de menor valor unitário, o Espírito Santo participou, entretanto, igualmente das “cotas de contribuição” pagas à Federação. Segundo informes do próprio IBC, “cumpre reconhecer que o Espírito Santo foi dos que menos contribuíram para a superprodução brasileira de café e, participando igualmente das “cotas de contribuição”, não se beneficiou, no passado, com os subsídios à importação que permitiram ampliar o parque industrial do sul, nem se beneficiou, no presente, face à redução da safra, pela venda de maiores excedentes do IBC. Não se pode fugir à evidência, apontada em vários diagnósticos da economia estadual, de que a “cota de contribuição” funcionou como um dos mecanismos de drenagem de poupanças do Espírito Santo para os pólos dinâmicos do País e que, até hoje (1966), o Estado não foi contemplado com nenhuma compensação financeira ao nível das transferências de renda”.¹³

A drenagem da renda gerada pelo café, calculada à base de 20% do produto bruto estadual, e que priva o Estado de parcela substancial da riqueza produzida pelo esforço de sua população, é apenas um dos aspectos, ainda que fundamental, do mecanismo de exportação de recursos que caracterizam as suas relações com núcleo desenvolvido do Sudeste, e que se somam àqueles comuns entre áreas menos e mais desenvolvidas.

Assumiui, pois, a crise nacional do café, no espaço espírito-santense, um caráter dramático em virtude das limitações intrínsecas de sua estrutura e de suas relações com o “núcleo”. Precipitando a crise econômica, entretanto, o “núcleo”, simultaneamente, promove a integração do Estado. Oferecendo-lhe seus mercados, compensa a perda do mercado externo, estimulando a introdução da atividade econômica substitutiva, de vez que a economia subdesenvolvida do Estado revela-se incapaz de, por si só, superar a situação.

1.4 — O caráter periférico do Estado e a diversidade ao sul e ao norte do rio Doce

Como resultado das limitações intrínsecas de seu quadro agrário e de suas relações com o “núcleo” no setor agrário, o Estado apresenta uma economia francamente subdesenvolvida, que agravou sua posição periférica no País.

13 O Programa de Diversificação no Espírito Santo — DAC — IBC, 1967, pág. 35/2.

As características de subdesenvolvimento são visíveis, inicialmente, na estrutura essencialmente agrícola, em que o setor primário em 1960 gera 48,61% da renda e absorve 67,67% da população ativa (tabelas 10 e 11).¹⁴

TABELA 10
ESTIMATIVA DA RENDA INTERNA DO ESPÍRITO SANTO
Repartição Setorial (Cr\$ 1.000,00)

Anos	Repartição Total				Repartição Percentual		
	Geral	Agricultura	Indústria	Serviços	Agricultura	Indústria	Serviços
1947	1.608,8	750,1	162,6	698,2	46,54	10,05	43,40
1950	2.800,0	1.554,6	265,3	980,1	55,33	9,48	34,20
1955	7.449,7	3.932,0	919,9	2.597,8	52,78	12,35	34,87
1960	20.546,2	9.987,0	2.145,3	8.413,9	48,61	10,44	40,95

Fonte: CCN/IBRE/FGV — *Revista Brasileira de Economia*, março de 1962.

Mesmo em relação a Minas Gerais, onde é também elevada a participação da agricultura na composição do produto interno (47%), o caráter agrícola do Espírito Santo sobressai, pois que no Estado vizinho a contribuição da indústria é sensivelmente superior (17%).

Com efeito, o primarismo da economia capixaba torna-se mais patente quando se verifica que a produção agrícola é cinco vezes superior à produção industrial, e que a atividade manufatureira, bastante arcaica, é vinculada fundamentalmente à vida agrícola. Os produtos alimentares (29%) e a madeira (26%) constituem o essencial do valor da produção industrial; mesmo o ramo têxtil, característico das regiões que atravessam os primeiros estágios de industrialização, não apresenta maior expressão (9%), só se desenvolvendo a partir de 1949, quando em outros Estados do Sudeste perdia terreno para ramos mais complexos.

É na deficiência de transporte, contudo, que reside um dos maiores estrangulamentos ao desenvolvimento estadual. O modesto fluxo cafeeiro, resultado da reduzida produção de múltiplos pequenos agricultores e de um relevo compartimentado, não foi capaz de criar uma infra-estrutura poderosa à semelhança do que ocorreu em outros Estados.

Três ferrovias apenas foram implantadas para escoar um café que, até recentemente, convergia para a estrada de ferro em lombo de mulas. Assim mesmo, uma delas, a E.F. Itapemirim, extingue-se por ser antieconômica; outra, a Vale do Rio Doce, foi estabelecida primordialmente com vistas ao escoamento do minério, e então aproveitada para o café; a terceira, a Leopoldina que estabelece as ligações entre Rio de Janeiro, Campos Cachoeiro do Itapemirim e Vitória, apresenta hoje maior densidade de tráfego entre Campos e Rio de Janeiro.

¹⁴ O valor da produção agrícola advém principalmente das lavouras que contribuem com 65% do total (30% dos quais decorrem do café), participando a produção animal e derivados com 31% e o extrativismo vegetal com 4%.

TABELA 11

POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA DO ESPÍRITO SANTO
Distribuição por ramo de atividade

Ramo de atividade	Distribuição total			Distribuição Percentual (%)			Taxa Geométrica de Crescimento Anual	
	1950	1960	1965	1950	1960	1965	1950/60	1960/65
Setor Primário	205.215	238.502	256.935	74,14	67,67	64,30	1,5	1,5
Setor Secundário	16.599	21.682	27.672	6,00	6,15	6,92	2,7	5,0
Setor Terciário	54.975	92.290	115.010	19,86	26,18	28,78	5,4	4,0
Total	276.789	352.474	399.617	100,00	100,00	100,00	—	—

Fonte: Censos Demográficos de 1950 e 1960 e Assessoria da Companhia de Desenvolvimento do Espírito Santo (CODES).

A deficiência da rede ferroviária não foi compensada pela rodovia. Extremamente precárias, em sua maioria sem pavimentação, as ligações rodoviárias são desprovidas do sentido de integração econômica. Embora vários projetos estejam em execução, somente uma grande artéria promove a integração Norte-Sul, vinculando o Estado ao Rio de Janeiro (BR-101); asfaltada somente até Vitória, ela termina na divisa com a Bahia. Uma ligação transversal, Vitória-Belo-Horizonte, encontra-se em construção adiantada (BR-262).

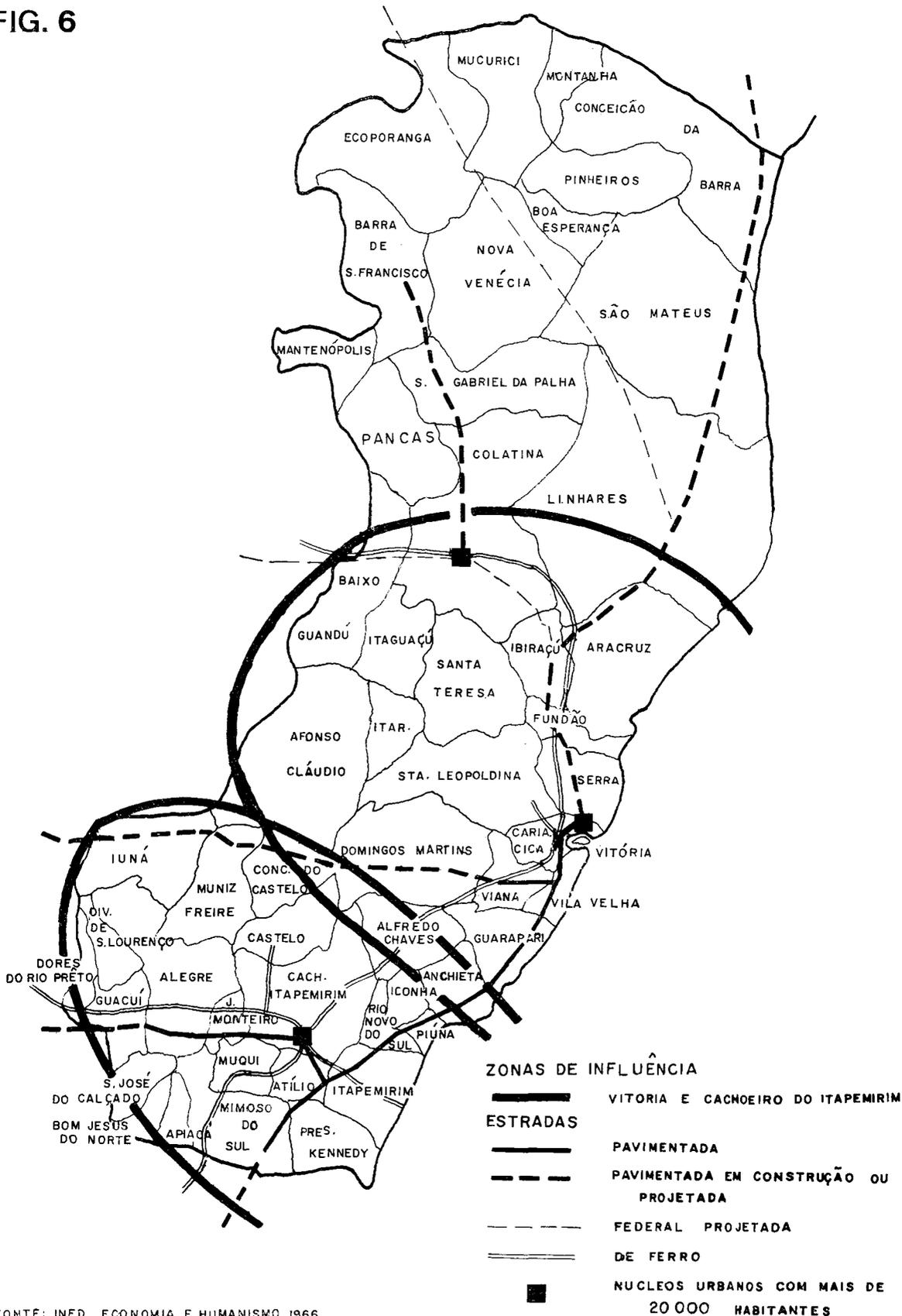
Finalmente, uma economia sem dinamismo, animada por fluxos elementares, encontra expressão espacial na debilidade da vida urbana. Somente três centros sobressaem no Estado: Vitória, capital estadual, e importante porto exportador não só da produção capixaba mas também do ferro de Minas Gerais; Cachoeiro do Itapemirim, centro regional do Sul e Colatina, capital do norte do Estado (fig. 6).

Foi a ferrovia que deu projeção a essas cidades cujo crescimento ofuscou Cachoeiro de Santa Leopoldina e Barra do Itapemirim, importante no passado, a primeira como porto fluvial, a segunda como pequeno porto marítimo. Vitória teve sua função portuária valorizada pela ferrovia Vitória-Minas e pela Leopoldina que, através de Cachoeiro do Itapemirim estabelece suas vinculações com o sul do Estado e o Rio de Janeiro. Em Cachoeiro do Itapemirim encontram-se as linhas férreas vindas de Vitória, do Rio (através de Niterói e Campos), e também de Espera Feliz, que por sua vez se vincula com Manhuaçu, em Minas Gerais; Colatina, servida pela Vitória-Minas, é ainda centro ferroviário para todo o norte do rio Doce. A recente implantação rodoviária, porém, se reforça a posição de Cachoeiro do Itapemirim e Vitória, estreitando os seus laços com o Rio de Janeiro, ameaça a importância de Colatina em favor de Linhares, beneficiada pela BR-101.

Não faltam mesmo ao Estado as disparidades internas típicas do subdesenvolvimento. É ao sul do rio Doce que se concentra o essencial da vida econômica do Espírito Santo. Embora bem distribuída, a produção agrícola é mais importante na zona serrana do Sul, e a produção industrial concentra-se fortemente nas zonas de Vitória (40%) e Serrana do Sul (27%); é no Sul que estão localizadas as principais cidades para onde convergem os eixos fundamentais de circulação. Ainda no Sul, em Vitória, se implanta o moderno complexo portuário-industrial, que dinamizará, sem dúvida, a economia estadual.

VIAS DE CIRCULAÇÃO E ZONAS DE INFLUÊNCIA DAS PRINCIPAIS CIDADES

FIG. 6



FONTE: INED ECONOMIA E HUMANISMO 1966
ACARES

Fig. 6 — Vias de Circulação e Zonas de Influência das principais cidades.

Essa estrutura subdesenvolvida, gerada pelo café e a ele adaptada, revela grandes dificuldades em superar a crise econômica. A diversidade interna, contudo, haveria de criar condições para reações diversas diante do declínio do sustentáculo econômico do Estado.

Com efeito, o processo de *debacle* da atividade tradicional e busca de nova atividade, não tem repercussões idênticas sobre todo espaço do Espírito Santo. Em virtude não só da acessibilidade aos mercados, mas também da antiguidade do povoamento e das condições naturais, as porções do Estado situadas ao norte e ao sul do Rio Doce apresentam características diversas, comportando-se de modo diferente.

Mais próxima e melhor articulada ao Rio de Janeiro e Vitória, a porção sul conta com uma estrutura mais cristalizada e atividades subsidiárias que lhe possibilitaram substituir o café e abastecer o mercado interno. Dada a antiguidade de seu povoamento, o café há muito encontrava-se decadente, dando margem à introdução paulatina de novas atividades, que assumem agora novo ímpeto.

Valendo-se da circulação ferroviária e rodoviária centralizada em Cachoeiro do Itapemirim, expande-se no extremo sul a pecuária leiteira pelos vales do Itapemirim e Itabapoana, com vistas ao abastecimento do Rio de Janeiro e da Fábrica do Leite Glória, em Itaperuna. Cresce, pois, rapidamente a produção leiteira da região que, entre 1956 e 1964, já havia duplicado.

Atualmente registra-se também aí a expansão do gado de corte, exportado principalmente para o Estado do Rio de Janeiro. Diante da elevação de preços dos gêneros alimentícios e da facilidade de transporte, o arroz, aproveitando-se das baixadas úmidas, desenvolve-se rapidamente, sendo exportado em pequenas quantidades principalmente para Minas Gerais.

A melhoria recente da circulação rodoviária vem animando a parte central do Estado, até então isolada, favorecendo o desenvolvimento das atividades hortigranjeiras para o abastecimento da capital e secundariamente de Colatina. Os primeiros núcleos hortigrangeiros de cunho comercial despontaram há cerca de 20 anos em Jetibá (hortaliças) e Domingos Martins (aves e ovos), mas o desenvolvimento da produção permaneceu entravado por falta de mercado e infra-estrutura.

O crescimento demográfico de Vitória, o asfaltamento da Rio-Vitória e o avanço da Vitória-Belo Horizonte permitiram à CAIPA (Cooperativa Agro-Industrial de Pedra Azul) penetrar no mercado de hortigrangeiros, transformando o Estado de importador em exportador de hortaliças de verão para o Rio, Campos, Niterói e também para a Bahia, alcançada ainda com imensas dificuldades.

Beneficiou-se ainda a porção sul da presença de áreas ecologicamente mais favorecidas, onde o café de qualidade superior pôde ser preservado. Valendo-se, pois, da melhor acessibilidade aos mercados e da presença de atividades complementares já estruturadas, vem se integrando mais firmemente no núcleo desenvolvido quer diretamente, através do fornecimento ao Grande Rio, quer indiretamente, abastecendo Vitória, posto avançado do "núcleo". Essa integração, permitindo à região beneficiar-se da irradiação espacial do desenvolvimento econômico, confere-lhe a posição de periferia integrada dentro do próprio "núcleo", à semelhança do que ocorre com todo o Sudeste Velho.

Situação diversa delinea-se na região situada ao norte do rio Doce. Aí a erradicação incidiu sobre um espaço onde a vida econômica e social era ainda extremamente dependente do café, e cuja estruturação ainda não se cristalizara devidamente de modo a prover os meios para maior facilidade de integração no mercado interno. Desprovido de atividades subsidiárias que possam suportar a *debacle* do café, e de uma infra-estrutura de transportes que lhe permita ter acesso fácil aos mercados, a região ao norte do rio Doce sofre um processo de depressão econômica, que se expressa na desvalorização das terras e no êxodo em massa da população.

É através da pecuária que a região procura sobreviver e integrar-se no mercado interno, esboçando-se os primeiros laços de vinculação com o "núcleo", através dos fluxos tênues da comercialização do gado vivo e de leite para CCPL (Cooperativa Central de Produtores de Leite), grande fornecedor de laticínios à Guanabara.

Pelos problemas econômicos e sociais gerados para a população com o impacto violento da erradicação num espaço ainda não devidamente estruturado, a porção norte do Estado capixaba configura-se como uma periferia deprimida, fato que se agrava quando se tem em mente que há menos de 40 anos era uma região por desbravar.

(Conclui no próximo número da RBG).